

**Ata da 238ª Reunião Extraordinária do Conselho Pleno do CFESS ocorrida por meio de videoconferência, nos dias 18 a 20 de março de 2021, Gestão 2020-2023 –
*Melhor Ir à Luta com Raça e Classe em Defesa do Serviço Social.***

1 Nos dias dezoito a vinte de março de dois mil e vinte e um, reuniram-se, por meio de
2 videoconferência (Plataforma Teams), as conselheiras constantes da lista de presença em
3 termo próprio, para participarem da 238ª Reunião Extraordinária do Conselho Pleno,
4 conforme convocação, por meio da Comunicação Interna CFESS Nº 05/21, de dezenove de
5 fevereiro de dois mil e vinte e um (19/02/2021). Estiveram presentes em todos os dias e
6 horários à reunião as(o) seguintes conselheiras(o): Maria Elizabeth Santana Borges
7 (Conselheira presidente); Maria Rocha (Conselheira vice-presidente); Francieli Borsato
8 (Conselheira 2ª tesoureira); Alessandra Dias (Membra do Conselho Fiscal); Elaine Pelaez
9 (Conselheira 1ª Suplente); Carla Pereira (Conselheira 2ª Suplente); Emily Tenório
10 (Conselheira 6ª Suplente); Ruth Bittencourt (Conselheira 7ª Suplente); e Eunice Damasceno
11 (Conselheira 8ª Suplente). Participaram sem prejuízo nos demais dias de Pleno, mas com
12 faltas justificadas pelos motivos que seguem expostos, as/os seguintes conselheiras/o: por
13 motivos de força maior, no dia 20 (sábado) Dácia Teles (Conselheira 1ª secretária); por
14 motivos de trabalho, dia 19 (sexta – das 14h às 18h) Kelly Melatti (Conselheira 1ª tesoureira)
15 e Lylia Rojas (Membra do Conselho Fiscal) e, dias 18 e 19 (quinta e sexta) Dilma Franclin
16 (Conselheira 5ª Suplente); estiveram ausentes de todo o período do pleno, as conselheiras
17 Daniela Möller (Conselheira 2ª secretária); e Mauricleia Santos Soares, por motivos de força
18 maior. Também participaram do encontro de modo alternado, conforme as pautas: assessorias
19 especiais Adriane Tomazelli, Cristina Abreu e Zenite Bogeia; assessorias jurídicas Érika
20 Medeiros, Sylvia Terra e Vitor Alencar; assessoria de comunicação: Rafael Werkema e Diogo
21 Adjuto; e a trabalhadora Sandra Sempé. No dia dezoito de março, a partir das dezoito horas
22 (18h), os trabalhos foram abertos pela Presidenta que destacou a importância de condução das
23 pautas do pleno no sentido de pensar o planejamento do ano e as prioridades para as ações em
24 andamento e que serão desenvolvidas, reafirmando a perspectiva de que o ano exigirá
25 trabalho intenso da entidade frente à continuidade da crise sanitária, social, econômica e
26 política no país. Logo após foi lida e aprovada a pauta com inversão de assuntos
27 anteriormente propostos para tratar na quinta e no sábado pela manhã. Na sequência, foi
28 informada sobre a impossibilidade das secretárias assumirem a feitura da ata da presente
29 reunião e, nesse caso, excepcionalmente, destacou-se a conselheira Kelly Melatti para essa
30 função. Além disso, também foram definidas as coordenações e relatorias por dia de reunião.
31 Sob coordenação da conselheira Ruth, iniciou-se as discussões dos pontos trazidos pela
32 **Diretoria Executiva**, sendo o primeiro ponto a discussão acerca do **Relatório de gestão**
33 **2020**. O grupo de trabalho formado pelas conselheiras Kelly e Emily e a assessora Cristina
34 deram os informes sobre o andamento dos trabalhos, enfatizando a realização de reunião em
35 quinze de março com a empresa contratada para diagramação, com a participação do GT e
36 assessor de comunicação, Rafael, quando se discutiu a estrutura do documento que deve
37 conter elementos mínimos definidos pelo TCU. Foram informados modelos anteriormente

38 elaborados como forma de adotar semelhanças possíveis. Foi verificada a necessidade de
39 extensão do prazo para envio do Relatório ao TCU, informando que foi enviado Ofício ao
40 TCU solicitando 30 dias de prorrogação. Considerando que é factível a aprovação pelo TCU
41 quanto a prorrogação do prazo, o relatório será apresentado no Pleno de abril para apreciação
42 e aprovação pelo Conselho Pleno. A previsão para a empresa entregar o trabalho será seis de
43 abril de dois mil e vinte e um. O segundo ponto debatido foi o retorno acerca das prestações
44 de contas do **Apoio financeiro aos Cress AP, PE, GO**, ocorrido em dezembro de dois mil e
45 vinte. Os Cress PE e GO já apresentaram as suas prestações de contas, estando de acordo. Em
46 relação ao Cress-AP, este enviou a prestação de contas contendo algumas despesas que não
47 poderão ser consideradas, decidindo, então, pelo envio de ofício ao Cress, solicitando a
48 devolução do valor correspondentes à essas despesas, no valor aproximado de R\$1.300,00
49 (mil e trezentos reais). As tratativas com o Cress-AP já e se encontram em andamento. O
50 terceiro ponto foi com relação ao **Pagamento da anuidade do FNDCA**. Conforme
51 deliberação do último Pleno, as providências para regularização do pagamento das anuidades
52 ao FNDCA foram encaminhadas, espaço político que o Cress voltou a integrar. No entanto,
53 no processo de efetivação do referido pagamento da anuidade, foi verificada a necessidade de
54 aprimorar um fluxo para esse tipo de pagamento, que envolve também outras entidades com
55 as quais o Cress mantém vinculação e que há previsão de contribuição anual. Nesse sentido,
56 foi apresentado um modelo de fluxo a ser seguido, assim como a documentação exigida para
57 instruir os processos de pagamentos. Na discussão foram levantados questionamentos quanto
58 a exigência de certidões negativas de obrigações tributárias das entidades com as quais o
59 Cress mantém vinculação, considerando que tal exigência poderá obstaculizar alguns apoios a
60 movimentos, frentes e/ ou outras organizações que, por vezes, não se constituem entidades
61 com CNPJ, mas que do ponto de vista político, são importantes aliados. O Assessor jurídico
62 se manifestou, destacando aspectos legais e orientação jurídica em relação à obrigação do
63 Cress em zelar pela regularidade das entidades com as quais mantém vínculo, sobretudo
64 quando há apoio financeiro, entretanto, pode haver análise diferenciada, desde que
65 devidamente justificada, de acordo com a natureza da entidade, fóruns, frentes quando da
66 solicitação de apoio e que os objetivos a serem alcançados estejam em consonância com a
67 agenda e direção política do Cress. Lembra-se ainda que em relação à Fits que é uma entidade
68 internacional sediada em outro país, com sistema tributário diferenciado, não caberia a
69 exigência dessas certidões, por exemplo. Sobre esse aspecto, em específico, foi informado que
70 o Cress tem o Estatuto da Fits, traduzido para português com tradução juramentada. Ainda,
71 houve a sugestão de que esses repasses, em formato de anuidade ou outro, sigam os fluxos,
72 também, para a divulgação no Portal da Transparência do Cress. Como sugestão, ao invés de
73 solicitar as certidões, ficou encaminhado de que as prestações de contas anuais das entidades
74 que recebem o recurso financeiro do Cress sejam juntadas no processo administrativo, como
75 forma de justificar a utilização do recurso e a regularidade das contas. A diretoria executiva
76 organizará as contribuições do pleno e encaminhará comunicação interna sobre o tema. O
77 quarto ponto tratado foi o de **Apresentação do formulário para sistematizar as**
78 **informações trimestrais para o TCU**. O modelo de instrumental foi apresentado e acatado
79 pelas pessoas presentes. Houve discussão sobre a periodicidade de prestação de contas de
80 2021; a norma do TCU deixa dúvida em ser trimestral, quadrimestral ou semestral. Foi

81 apontada, também, a necessidade de definir na estrutura do Cfess, a responsabilidade por
82 sistematizar as informações das diversas comissões. Como houve dúvida sobre a data de
83 entrega do relatório, deliberou-se por enviar ofício ao órgão, consultando expressamente sobre
84 qual o entendimento e recomendação da periodicidade do relatório. Mesmo assim, ainda que
85 não se tenha a resposta do TCU, considerar-se-á, para efeitos de trabalho, o prazo de trinta e
86 um de março de dois mil e vinte e um, sendo a conselheira Francieli quem coordenará a
87 sistematização, juntamente com a assessora Adriane e um funcionário do setor financeiro.
88 Posteriormente, a Comissão Permanente de Trabalho (CPT) irá dialogar para definir as
89 responsabilidades para esta atividade de forma continuada. Como quinto assunto, tivemos o
90 debate acerca dos **Itens necessários para o trabalho remoto para conselheiras/os e**
91 **trabalhadores/as**. Foi informado o levantamento sobre a necessidade de equipamentos para
92 possibilitar melhorias e adequação ao trabalho remoto. “KIT” composto de: notebook, tripé
93 para celular, fone de ouvido, microfone de lapela, luminárias *led*. O Cfess fará a aquisição e
94 disponibilizará a conselheiras/os e trabalhadores/as, por empréstimo, para aqueles/aquelas que
95 manifestarem a necessidade dos itens indicados. As solicitações devem ser dirigidas à
96 diretoria executiva e a secretaria executiva deverá informar aos/às trabalhadores/ as sobre os
97 itens disponíveis no “kit” e orientar sobre a solicitação. No sexto ponto, foram informados os
98 **Convites** que a entidade recebeu, sendo que, alguns, foram deliberados por e-mail, pois
99 chegaram depois do Pleno de fevereiro. São eles: Convite da SGTES (Secretária de Gestão do
100 Trabalho e da Educação na Saúde) para reunião acerca da apresentação da proposta preliminar
101 do Plano Nacional de Fortalecimento das Residências em Saúde, para o dia 2 de março de
102 2021, às 14 horas: conselheira Ruth e assessora Zenite; UNIFAMAZ convida para II Roda de
103 Diálogos Feministas e Aula Inaugural do Curso de Bacharelado em Serviço Social, em 9/3:
104 conselheira Emilly; CRESS-MT convida para *Live*: “Agora é hora: Regulamentação da Lei
105 13.935 para garantir a psicologia e o serviço social na educação mato-grossense”, em 13/3:
106 conselheira Kênia; Frente Parlamentar Mista em Defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta
107 Antimanicomial convida para reunião virtual, para discutir o contexto atual da Política
108 Nacional de Saúde Mental e elaboração de Plano de Trabalho para 2021, no dia 15 de março:
109 conselheira Elaine; Cress-SE convida para participar de reunião no dia 18/3 às 15h, para
110 debater sobre a Lei de Educação Especial: conselheira Kênia. MPE/PA, por meio do Centro
111 de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), convida a para participar da mesa de
112 abertura do “I Encontro do Serviço Social dos Ministérios Públicos da Região Norte: desafios
113 para garantia de direitos”, no dia 24/3: conselheira Maria Rocha. Cress MG convida para
114 participar como facilitadora da atividade virtual "Diálogos sobre os espaços de articulação e
115 organização das/os Assistentes Sociais e de valorização do Serviço Social: constituição
116 histórica dos NAS dentro do conjunto Cfess/Cress", a ser realizada no dia 24/3: conselheira
117 Carla Pereira. Cress-CE convida para reunião com representantes das IES, CFESS, CRESS e
118 ABEPSS, para debate sobre o posicionamento do Conjunto CFESS-CRESS e ABEPSS obre
119 estágio supervisionada no período de isolamento social, em 17/3: conselheira Kênia. Todos
120 esses já foram respondidos. Outros convites foram deliberados no pleno de março, a saber:
121 Cress-PR convida para atividade no dia 22/3, para debate sobre as produções recentes do

122 Serviço Social na Previdência Social e estratégias nacionais referentes à pauta do INSS:
123 conselheira Lylia e assessora Cristina; Escritório do Coordenador Residente da ONU no
124 Brasil convida para uma nova Reunião Sistema ONU e Associações e Coletivos de
125 Usuários/as e/ou Familiares do Campo da Saúde Mental, em 26/3: assistente social Regia
126 Prado; Enesso convida para a mesa de abertura do Conselho Nacional de Entidades Estudantis
127 do Serviço Social Extraordinário - “CONESS Extra: Lutar para Estudar, Estudar para Lutar -
128 Pandemia, Ensino Remoto e rearticulação do MESS”, em 27/3: conselheira Ruth. Sobre esses,
129 a secretaria executiva dará as respostas aos demandantes. Por fim, o sétimo ponto tratou da
130 **Comissão Permanente de Trabalho – CPT**. O funcionário Lucas apresentou a memória da
131 última reunião realizada em dez de março, com a presença das conselheiras Dácia e Daniela e
132 trabalhadores/ trabalhadora: Lucas, Diogo e Sandra, com os pontos discutidos e os
133 encaminhamentos propostos, a saber: a) Necessidade de formalizar as atribuições específicas
134 da CPT por meio de portaria - Encaminhamento: os integrantes da comissão trarão sugestões
135 para elaboração e elaboração da Portaria, na próxima reunião; b) Aprimoramento das
136 condições de trabalho (kits de teletrabalho) - Encaminhamento: levantamento das
137 necessidades e encaminhamento para CPL para as providências de aquisição; c)
138 Reestruturação das Unidades Administrativas: A CPT retomou o assunto de reformulação da
139 estrutura de trabalho do CFESS - Encaminhamento: Será necessária a contratação de
140 consultoria para realizar esse trabalho; a conselheira Dácia irá sistematizar a demanda para
141 encaminhamento à CPL, que adotará as providências para o processo licitatório. Aprovado o
142 encaminhamento; d) Avaliação de desempenho: diante da modificação da metodologia de
143 avaliação de desempenho e da normativa de progressão funcional dos trabalhadores em 2020,
144 ainda restam dúvidas quanto ao período de transição entre a forma anteriormente adotada e a
145 atual, proposta em 2020 - Encaminhamento: Sandra, com auxílio do Lucas, elaborará um
146 relatório conciso apresentando a necessidade de transição; e) Agenda de Conversas: Sugeriu-
147 se que, além de trazer questões relacionada a Trabalhadores, a CPT também seja um espaço
148 de promoção de socialização e aprimoramento, como, por exemplo, uma agenda de conversas
149 com convidados externos, para um diálogo sobre temas que raramente os trabalhadores, por
150 estarem executando suas tarefas cotidianas, terão acesso - Encaminhamento: Sandra, Lucas e
151 Diogo irão levar essa questão para os trabalhadores, para que eles também possam sugerir
152 temas ou aprimoramentos nesse ponto; f) Publicização das ações da CPT: Pontuou-se, ainda,
153 a necessidade de publicização das tarefas executadas na CPT, pois verificou-se entre os
154 trabalhadores/ trabalhadoras, desconhecimento sobre as atribuições desta comissão -
155 Encaminhamento: Passar a divulgar os encaminhamentos das reuniões ao conjunto de
156 trabalhadores/trabalhadoras; g) Acordo Coletivo: Foi introduzido o tema na reunião e
157 explicado o trâmite praticado usualmente, que consiste em: apresentação de “pautão” pelo
158 sindicato; trabalhadores/trabalhadoras discutem e encaminham as reivindicações à direção
159 para discussão e realização de reuniões posteriores para retorno - Encaminhamentos: Seguir o
160 fluxo normal, tendo atenção especial à data-base e ao calendário do Pleno, para garantir que a
161 discussão se dê em tempo hábil; h) Regulamentação de folgas das assessorias -
162 Encaminhamento: CPT deve se reunir com as assessorias para entender melhor a demanda.
163 Na sequência, foram encaminhados os pontos da **Comissão da Formação**, iniciando por
164 **Informes**, a saber: a) Fórum Nacional Formação e Trabalho – ocorreu reunião com a nova

165 coordenação da Abepss, Enesso e Cress-MA, tendo como encaminhamento principal a ação
166 de potencializar a criação do Fóruns Regionais – nordeste e sudeste; b) Reunião do Cfess, via
167 Comissão de Formação, com a nova gestão da Abepss - Pelo Cfess estiveram presentes as
168 conselheiras Ruth, Elizabeth, Kênia, Eunice, Lylia, Elaine. Maria e a assessora Cristina; pela
169 Abepss, Rodrigo Teixeira, Marina Castro, Juliana Melin, Gustavo Repetti, Paula Sirelli,
170 Ramiro Piccolo. Foram abordados temas que compõem as pautas das entidades e que se
171 articulam, tais como: Fórum Nacional em Defesa do Trabalho e da Formação, Termo de
172 Fomento (a ser pactuado entre as entidades), organização do CBAS /2022, supervisão de
173 estágio. Em relação ao Cbas foi agendada reunião específica para o dia onze de março. Em
174 relação ao Termo de Fomento foi informada a disponibilização de recursos do Cfess para esta
175 finalidade no valor de R\$ 75.000,00 e os procedimentos formais para sua efetivação. Sobre o
176 tema da supervisão de estágio, o Cfess apresentou a direção das discussões até então
177 amadurecidas no Cfess, em consonância com as suas atribuições. Problematizou o processo
178 de supervisão e as contradições do contexto atual e possíveis adaptações de caráter
179 excepcional, destacando a suspensão do prazo para comunicação pelas IES aos Cress sobre as
180 informações dos campos de estágio, decisão esta que será formalizada em Resolução.
181 Reafirmou-se a essência da Resolução 533 e a defesa do ensino presencial. Informou-se ainda
182 que o texto elaborado, que traz reflexões e orientações possíveis será divulgado amplamente.
183 A Abepss fez algumas ponderações acerca dos limites do ensino remoto e a sua
184 incompatibilidade em relação ao estágio. Tem-se que de fato é um assunto complexo e que
185 demanda pensar sobre, tendo como referência a legislação profissional, contextualizada pela
186 excepcionalidade do momento. c) Comissão Nacional de Residência – está em articulação um
187 PL de autoria de Alexandre Padilha que recupera o processo de composição da Comissão
188 Nacional de Residência Multiprofissional em saúde (CNRMS) e o seu papel como instância
189 do controle social, posição esta que vem sendo defendida pelas entidades de trabalhadores da
190 saúde, articuladas no Fentas. Há divergência de posicionamento com o FCFAS
191 (Conselhinho). Em 2/3 ocorreu reunião chamada pela SGTES (Secretária de Gestão do
192 Trabalho e da Educação na Saúde) tendo como pauta a reestruturação dos Programas de
193 Residências. Participaram a conselheira Ruth e assessora Zenite; d) Reunião da Coordenação
194 Nacional de Entidades em Defesa da Educação Pública (Conedep) - Espaço de articulação
195 política que o Cfess vem compondo nos últimos anos, possui reunião agendada para vinte e
196 três de março às 14h para retomada de pautas relacionadas à defesa da educação e construção
197 do 4º Encontro Nacional de Educação (ENE), contando com a participação das conselheiras
198 Ruth e Eunice e a assessora Cristina. Em seguida, como segundo ponto, pautou-se a
199 **Apresentação do Parecer jurídico 4/2021- E** - Minuta de resolução para suspender os
200 prazos estabelecidos pela Resolução CFESS nº 533/2008 de comunicação pelas Unidades de
201 Ensino aos Conselhos Regionais de Serviço Social das informações referentes aos campos
202 credenciados de estágio, aos supervisores acadêmico e de campo e aos estagiários. Aprovada
203 a minuta apresentada, devendo ser publicada em Diário Oficial da União. Além disso,
204 também se retomou a discussão acerca da versão final do Documento do Cfess sobre
205 Supervisão de Estágio, ficando aprovado para envio aos Cress, mediante ofício

206 contextualizando a decisão, além da divulgação geral acerca da Resolução e do Documento.
207 Na sequência, passou-se para os pontos da **Comissão de Relações Internacionais**, tendo
208 **Informe** sobre reunião ocorrida no dia dezessete de março, ocasião em que a convidou Elaine
209 Behring, Joaquina Barata, Esther Lemos, Maurílio Matos, Ivanete Boschetti e Tania Diniz
210 para fortalecer a participação do Cfess nas relações internacionais. As referências para o
211 debate são as propostas aprovadas na Plenária Nacional no eixo da RI e as pautas das
212 entidades e organizações das quais o Cfess é parte – FITS e Colacats. As discussões na
213 reunião trouxeram também informação sobre espaços de organização / redes de coletivos
214 internacional, tais como a rede SWAN que articula profissionais do campo progressista, como
215 Serviço Social Crítico/ Radical, o qual promoverá Seminário Internacional nos dias 26 a 28 de
216 março próximo - Encaminhamentos: Enviar o texto sobre o Cfess / RI para
217 conselheiras/conselheiro; Avaliar uma maior divulgação das RI como efeito mobilizador no
218 Conjunto – pautar com a comissão de comunicação; Ampliar a discussão: Cress, IES, outras
219 redes. Como última comissão da noite, a **Comissão de Comunicação** apresentou a **proposta**
220 **de arte para o Dia da/o Assistente Social – 15 de maio**, a partir do tema aprovado na
221 Plenária Nacional: “Assistente social em defesa do direito à vida no campo e na cidade - pelos
222 povos originários e comunidades tradicionais!” Mote criativo: “Estamos na linha de frente.
223 Esses povos também. Há 500 anos”. No debate foram apresentadas sugestões para compor a
224 arte, destacando, por exemplo, imagens de comunidades tradicionais; o trabalho profissional;
225 o contexto da cidade na pandemia. A assessoria de comunicação explica a abrangência do
226 tema e como incorporar as sugestões, informando ainda que terão outras peças, além de
227 cartazes, (todas as peças em formato virtual). O assessor revisará as peças e formatos e
228 apresentará ainda neste Pleno para avaliação. Às 22h00 findaram-se as pautas do dia.
229 Retomando os trabalhos sob coordenação da Conselheira Maria no dia 19 de março, às 14h00,
230 os assuntos foram trazidos pela **Comissão de Orientação e Fiscalização – COFI**. O
231 primeiro assunto foi de **Informes** sobre a reunião realizada com as Cofis dos Cress, no dia
232 doze de março, que objetivou avaliar o processo de fiscalização no contexto atual, diante da
233 suspensão de atividades presenciais na maioria dos Cress. Na convocação das Cofis foram
234 apresentadas perguntas norteadoras com o objetivo de direcionar o debate, pensando os
235 desafios da fiscalização; não tendo como objetivo uma “prestação de contas” das ações
236 realizadas, mas, antes, o alcance destas, pois os dados quantitativos já apontavam para um
237 aumento de ações realizadas de forma remota. Na reunião foi destacado pelo Cfess o papel
238 das Cofis e os objetivos, diretrizes da Política Nacional de Fiscalização, que dão centralidade
239 à orientação e fiscalização profissional exercido pelo Conjunto Cfess/ Cress. De modo geral,
240 os Cress apresentaram a suas ações, sem, entretanto, fazer um balanço crítico, aspecto que
241 compareceu muito residualmente. Não se observou análises voltadas para a efetividade das
242 ações, avaliação do que pode ou não ser feito remotamente e limites das TICs, por exemplo,
243 nos aspectos relacionadas ao sigilo e acesso aos meios remotos. Houve uma preocupação das
244 Cofis com o retorno ao trabalho presencial, enfatizando a preservação da vida. Na reunião
245 também foi apresentado uma síntese do documento sobre Supervisão de Estágio e a proposta
246 de Resolução (conforme apresentada na comissão de formação), porém sem aprofundamento
247 do debate devido ao esgotamento do tempo previsto para a atividade. Avaliou-se a
248 necessidade de continuidade de aproximação com as Cofis nesses debates, pois percebeu-se

249 uma perspectiva muito mais voltada aos aspectos normativos do que aqueles relacionados à
250 dimensão político-pedagógico. O segundo ponto foi sobre **Ações relacionadas ao Serviço**
251 **Social no INSS**, sendo que, dentre as questões recorrentes, permanecem as tensões em
252 relação às condições de trabalho de assistentes sociais no INSS. Teve-se conhecimento da
253 decisão do MPF/ Procuradoria do DF, relacionada a procedimento preparatório instaurado em
254 face à diminuição do tempo de avaliação social de 60 para 30 min, questão que tem
255 rebatimentos no trabalho de assistentes sociais no INSS. Na decisão, o MPF não acata os
256 argumentos expostos pela Fenasps, fazendo uma leitura meramente quantitativa e acatando,
257 sem dificuldades, os dados e as justificativas apresentados pelo INSS. Além dessa decisão de
258 arquivamento por entender a improcedência do pleito, o MPF encaminha providência para
259 apuração de pleito do INSS contra posicionamentos do Cfess, que segundo critérios dessa
260 Autarquia, estaria extrapolando os limites de suas atribuições; e ainda, decide o MPF acatar
261 pleito do INSS em relação a providências para que seja garantido o atendimento telepresencial
262 para a parte da avaliação social do BPC. Tais decisões são extremamente desfavoráveis ao
263 trabalho do Serviço Social no INSS, o que indica que o Cfess deverá prosseguir com as ações
264 articuladas com a Fenasps, na resistência contra decisões que impactam negativamente na
265 qualidade dos serviços profissionais prestados no âmbito da Autarquia. Teve-se conhecimento
266 também do Parecer n. 00005/2021 da AGU/ Procuradoria-Geral Federal/ Procuradoria Federal
267 Especializada em face de consulta encaminhada pela DIRBEN/INSS, solicitando orientação
268 jurídica acerca de manifestação técnica subscrita pelo Cfess sobre as atividades de assistentes
269 sociais nos serviços previdenciários do Serviço Social e Reabilitação Profissional.
270 Manifestação em que o Cfess se posiciona pela não compatibilidade entre determinadas
271 atividades na RP e as atribuições de assistentes sociais. O Parecer conclui então que analistas
272 do seguro social com formação em Serviço Social podem se manifestar como profissionais de
273 referência, em razão dessa atividade se coadunar com as atribuições do cargo, bem como com
274 as competências previstas para profissional de Serviço Social. Da mesma forma, a decisão
275 contraria o entendimento do Cfess - Encaminhamentos: 1. Frente às decisões aqui relatadas e
276 outras que seguem na pauta do Cfess em relação ao trabalho do Serviço Social no INSS, a
277 Cofi e comissão de seguridade social deverão organizar os encaminhamentos para enfrentar
278 tais decisões; 2. Organizar debate com os Cress; 3. Manifestar-se no processo do MPF em
279 relação ao tempo de avaliação social. O terceiro ponto foi sobre **Sistema de Credenciamento**
280 **de Campos de Estágios**, sendo informada a reunião com a Implanta ocorrida em dezoito de
281 março, da qual participaram a conselheira Carla e assessora Cristina. O Sistema segue em
282 desenvolvimento, sendo na reunião, apresentadas as alterações apontadas pelo Cfess.
283 Entretanto, ainda não pode ser utilizado pelos Cress, embora já esteja instalado nos Cress que
284 fizeram a migração para a plataforma.net. Informa-se também que nem todos os Regionais
285 adquiriram este módulo, posto não ser obrigatório. Encaminhamentos: 1) A Implanta
286 apresentará o Sistema em reunião da Cofi/ Cfess; 2) Definição de 2 Cress para se fazer uma
287 implementação piloto, antes de liberar para uso dos Cress que adquiriram o módulo. Na
288 sequência, passou-se a palavra para a **Comissão Administrativo-Financeira** que,
289 primeiramente, apresentou a **MANIFESTAÇÃO JURÍDICA Nº 11/2021-V**, tendo como

290 assunto o ofício Nº 029/2021 do Cress-BA p/ CFESS – que formalizou consulta relacionada a
291 câmaras técnicas. O assessor jurídico Vitor encaminhou a MJ Nº 11/2021-V para subsidiar a
292 resposta ao CRESS-BA e, na reunião da comissão Adm-Fin foi sugerido aprofundar esse
293 debate tanto em relação as terminologias (Comissões e grupos de trabalho), uma vez que
294 outros regionais instituíram “Câmeras Técnicas”, mesmo que num outro formato. Restou
295 aprovada a Manifestação Jurídica nº 11/2021-V, pelo Conselho Pleno, tendo por
296 encaminhamentos o envio de ofício circular com as orientações a todos os Cress e o envio de
297 ofício de resposta ao Cress BA. Como segundo ponto, houve informe sobre os
298 **procedimentos para adequação da LGPD no âmbito do Cfess**, realizando a leitura da
299 MANIFESTAÇÃO JURÍDICA Nº 07/2021-V ASSUNTO: Lei Geral de Proteção de Dados
300 no Conjunto CFESS/CRESS, para conhecimento do Conselho Pleno. A partir do
301 levantamento realizado, o grupo de trabalho apresenta as providências necessárias para a
302 sequência das atividades. Dentre elas temos a indicação do trabalhador/encarregado,
303 conforme previsão legal, para aprovação do conselho pleno e levantamento no âmbito do
304 CFESS. O GT ainda está acumulando as discussões para decidir sobre a contratação de
305 empresa especializada. Foi enviado formulário às unidades administrativas do Cfess sobre o
306 acesso aos dados pessoais e dados sensíveis e o GT apresentou uma síntese sobre os
307 resultados, sendo mapeadas 36 instâncias (comissões, assessorias, GTs, etc.), 326 processos
308 de trabalho, dos quais 171 foram apontados, pelos responsáveis, como processos que contêm
309 os dados pessoais /sensíveis. Esse diagnóstico irá requerer ações por parte do Cfess e gerará
310 uma mudança de cultura e/ou práticas realizadas. Há, ainda, uma necessidade de levantamento
311 no âmbito dos CRESS que ainda está aguardando respostas do formulário encaminhado. A
312 maioria dos regionais já enviou o formulário e o compilado será socializado como informe na
313 próxima reunião do Conselho Pleno. Fica aprovado pelo Conselho Pleno, o nome do
314 trabalhador do Cfess Jarbas Ferreira para exercer a fundação de encarregado (Art. 39 da
315 LGPD) – Encaminhamento: Emitir portaria especificando o trabalho que o encarregado
316 deverá desenvolver, conforme previsão legal. O terceiro ponto foi informe sobre os trabalhos
317 da **CPAD**. No sentido de cumprir a deliberação referente à Gestão documental, tema 6: “A
318 *Instituir a Política de Diretrizes da Gestão Documental para o conjunto CFESS-CRESS*”, a
319 comissão estruturou o cronograma de atividades e dentre estes temos a mencionada reunião
320 que visa sanar as dúvidas e nivelar as ações que têm sido desenvolvidas no âmbito do CFESS
321 sobre a execução das rotinas de gestão documental assim como as atividades de protocolo,
322 arquivo e uso de sistema informatizado. Para subsidiar o debate foi enviado para todos os
323 regionais o Manual de Gestão Documental elaborado pelo CFESS, em anexo ao OFÍCIO
324 CIRCULAR CFESS Nº 18/2021. Os Cress já estão dando a devolutiva sobre o convite e a
325 indicação de um/a conselheiro/a e um/a trabalhador/a para participação e a reunião com os
326 Cress está agendada para o dia 26/03/2021 a partir de 18h pela plataforma na plataforma
327 Yealink Meeting. Na sequência, o Conselho Pleno apreciou a **MANIFESTAÇÃO**
328 **JURÍDICA Nº 10/2021-V - RECURSO ADMINISTRATIVO CFESS Nº 02/2021**
329 apresentado pelo GRUPO GPA DO BRASIL SERVIÇOS E MÃO DE OBRA
330 ESPECIALIZADA EIRELI – EPP. A recomendação, aprovada pelo Conselho Pleno, foi para
331 que o Cfess confirme a posição de primeira instância, julgando improcedente o pleito da
332 recorrente. Encaminhamento: Enviar ofícios à recorrente e ao 10ª Região/RS, com a referida

333 Manjur, informando do teor da decisão. Em seguida, a **Comissão de Seguridade Social**
334 apresentou suas pautas. O primeiro ponto foi com relação à **Lei 13.935/2019 – Lei da**
335 **Educação**, tendo as seguintes frentes de Ação: 1) Ações de acompanhamento da Coordenação
336 Nacional que reúne CFESS, CFP, ABEPSS, ABRAPI, ABEP, FENAPSI – Articulação com
337 entidades municipalistas, de defesa da educação, CRESS e CRPs; 2) Ações para intensificar a
338 articulação regional e envolvimento dos CRESS na implantação da lei; 3) Ações de
339 articulação com profissionais de referência na educação básica, estudiosos e profissionais da
340 área. Sobre as Ações de acompanhamento da Coordenação Nacional são realizadas reuniões
341 mensais da Coordenação Nacional com calendário definido; a) reuniões de articulação com
342 entidades municipalistas, de defesa da educação, CRESS e CRP; b) reunião com os CRESS e
343 os CRP dia 26/03/2021; c) acompanhamento e revisão de minutas de Projetos de lei, manuais
344 de orientação e outros documentos sobre implementação da Lei e Fundeb e; d) proposição e
345 elaboração de identidade visual em articulação com Comissão de Comunicação do CFESS,
346 com o objetivo de evidenciar as ações que partem deste espaço. Sobre as Ações para
347 intensificar a articulação regional e envolvimento dos CRESS na implantação da Lei
348 13935/2019, foram desenvolvidas ações, tais como: a) Criação grupo de *WhatsApp* com os
349 CRESS. Objetivo de mobilização e socialização das informações. Acompanhado por Kênia,
350 Eunice, Maria, Elaine, Ruth, assessorias; b) Ações de mobilização com os CRESS,
351 contribuindo na articulação e participação em atividades dos CRESS quando convidadas; c)
352 Levantamento das experiências, ações e demandas de orientação junto aos CRESS; d)
353 Diálogos sobre o fortalecimento das ações encaminhadas historicamente no âmbito da
354 Coordenação Nacional e da direção do trabalho profissional na educação. Sobre as Ações de
355 articulação com profissionais de referência na educação básica, estudiosos e profissionais da
356 área, a comissão encaminhou: a) Realização de novas reuniões com grupo que trabalha com
357 tema serviço social na educação básica, estudiosos e profissionais da área; b) Elaboração de
358 nova publicação/Brochura sobre atuação de assistentes sociais na educação básica,
359 levantamentos, elaboração de subsídios, vídeos e debates; c) Acompanhamento de projetos de
360 Lei - PLs que tratam da assistência estudantil e incidências para alterações; d) Criação de um
361 Observatório Nacional sobre a inserção do serviço social na educação básica e implantação da
362 Lei 13935/2019. – Ficou aprovada a composição de Grupo de Trabalho sobre o tema:
363 Coordenação e assessorias das comissões de Seguridade (Elaine e Kênia), Cofi (Maria),
364 Formação (Ruth) e Comunicação e como encaminhamentos: 1) Centralidade da articulação
365 regional neste momento e manutenção de ações da Coordenação nacional; 2) Proposição e
366 elaboração de identidade visual em articulação com Comissão de Comunicação do CFESS,
367 com o objetivo de evidenciar as ações que partem deste espaço; 3) Criação de um
368 Observatório Nacional sobre a inserção do serviço social na educação básica e implantação da
369 Lei 13935/2019; 4) Elaboração de textos, vídeos e cards sobre os temas: serviço social na
370 educação; atribuições e competências; experiências de mobilização pra implementação da
371 Lei; experiências de estados que já possuem assistentes sociais na educação; Planos de
372 Cargos, Carreiras e Salários; Financiamento; organização política como trabalhadoras/es da
373 educação; defesa da educação pública; entre outros; 5) Contratação de bolsista para

374 acompanhamento das ações, mediante edital. Fazer consulta ao jurídico. Como segundo
375 ponto, foi dado **Informe sobre a Campanha da Renda Básica que Queremos e Auxílio**
376 **Emergencial** A Campanha Renda Básica Que Queremos é composta por 270 organizações,
377 movimentos e instituições da sociedade civil; Houve reunião em janeiro, fevereiro e
378 março/2021, reafirmando o momento de luta pelo retorno do Auxílio Emergencial no valor de
379 600 reais e manutenção até o fim da Pandemia, com a direção da defesa da sobrevivência e da
380 vida da população, pela garantia de renda como direito de cidadania e parte da proteção social
381 pública que é dever do Estado, uma vez que o isolamento social, necessário, não se faz com
382 boa vontade e heroísmo, mas sim com condições concretas de sobrevivência para a população
383 que vivencia a pobreza, a desassistência, o desemprego, a precarização do trabalho e a fome.
384 Dia 11 de março, a Câmara dos Deputados votou e aprovou a Proposta de Emenda à
385 Constituição nº 186/2019, a chamada ‘PEC Emergencial’, que abre caminho para o
386 pagamento de um novo auxílio emergencial, agora no valor de apenas R\$250, menos da
387 metade dos R\$600 que foram pagos em 2020, e que será destinado a um número bem menor
388 de famílias do que no ano anterior. A MP 1039/2021 de 15/03/2021 – Institui o Auxílio
389 Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância
390 internacional decorrente do coronavírus (covid-19). Valor menor e estratificado - a ser pago a
391 partir de abril em 4 parcelas que variam de R\$ 150 a R\$ 375 (R\$ 150, se o beneficiário morar
392 sozinho, R\$ 250 para aqueles com famílias e R\$ 375 para mulheres chefes de família), sem
393 possibilidade de novas requisições além dos já cadastrados. Encaminhamento: Importância de
394 enfatizar o motivo do Cfess se envolver na defesa dessa pauta e das/o conselheiras/o
395 acompanharem o debate. O terceiro ponto tratou sobre **Vacinação e SUS na Pandemia**
396 Seguimos a linha que foi delineada na reunião com os CRESS dia 29/01/2021, foi dada ênfase
397 em manter Campanhas Abrace a Vacina, Mobilizações nacionais; Articulação em Conselhos,
398 Fóruns e Frentes – CNS, FENTAS, FNCPS; Inserir este debate em ações no âmbito da
399 Campanha de gestão CFESS-CRESS para o triênio: "Mulheres: assistentes sociais contra o
400 trabalho explorado, toda forma de opressão e em defesa da vida!"; Elaborar vídeo que
401 explicita a defesa de vacina para todas/os no SUS, pautas da seguridade social e questões
402 apontadas pelos CRESS; Criar grupo de *WhatsApp* com os CRESS; Pensar inserção na Frente
403 pela Vida. Após essas iniciativas, também houve debates recentes sobre o tema, tais como:
404 Demandas por vacinação de assistentes sociais do SUAS; Inclusão de item sobre serem
405 vacinados “todos os profissionais de saúde, contemplados na resolução CNS nº 287, citada
406 anteriormente nesta nota, independentemente do local de atuação” e, também, o OFÍCIO Nº
407 234/2021/CGPNI/DEIDT/SVS/MS de 11/03/2021 AOS COORDENAÇÕES ESTADUAIS
408 DE IMUNIZAÇÕES sobre o Assunto: Orientações técnicas de vacinação do grupo prioritário
409 “Trabalhadores da Saúde” da Campanha Nacional de Vacinação contra a covid-19. Foi
410 discutida sobre a importância de dar visibilidade a resolução CNS, mantendo discussão como
411 trabalhador e não apenas corporação profissional. Por todos os argumentos apresentados,
412 restou aprovado pelo Conselho Pleno a manutenção da direção política de VACINAÇÃO
413 PARA TODOS/AS - Encaminhamentos: 1) Pensar em estratégias de divulgação do
414 posicionamento do Conjunto Cfess- Cress, juntamente com a COCOM, não assumindo a
415 perspectiva corporativa, mas apontar criativamente o direito de várias categorias da classe
416 trabalhadora, questionando a visão corporativista e individualista. 2) Criar um novo plano de

417 comunicação, inclusive desse tema ser pautado na Semana do/a assistente social, e também
418 como desdobramentos das ações do Plano covid. O quarto ponto foi sobre o informe da V
419 **Conferência Nacional de Saúde Mental** que acontecerá entre 17 e 20 de maio de 2022 –
420 Nessa pauta, o Cfess mantém representação no CNS – Mesa Diretora; FENTAS e Frente
421 Parlamentar em Defesa da reforma Psiquiátrica e da luta Antimanicomial. (Representação do
422 Cfess, Elaine e Régia), tendo debates na direção de combater a perspectiva de consolidação da
423 agenda de retrocessos da contrarreforma psiquiátrica e de defesa da luta antimanicomial
424 radicalmente comprometida com a reforma psiquiátrica e a reforma sanitária. -
425 Encaminhamento: Elaine enviará os tópicos que são abordados nas apresentações sobre várias
426 temáticas, saúde mental, educação, vacinação; Indicação sobre os temas para o Cfess
427 Manifesta deverão ser discutidos, incluindo as pessoas responsáveis pela sua elaboração,
428 durante a discussão sobre o Planejamento. Alessandra e Agnaldo realizaram um levantamento
429 de temas a partir das bandeiras de luta. No quinto assunto, houve informes e reflexões acerca
430 das **Eleições e Defesa do Conanda**. Lembrando aspectos anteriores, já informados ao pleno,
431 sobre a judicialização da eleição do Conanda, por meio da representação do Conselheiro
432 Agnaldo: houve elaboração de uma Carta-Manifesto denunciando que o Gov Fed não
433 publicou edital das eleições do Conanda e que agora o Conanda está inativo; realização de um
434 Ato público, no dia 12/02/2021; campanha em Defesa do Conanda: tivemos o dia "D" em
435 29/12/20 e a ideia agora é reativar a "Campanha Escute esse Conselho" realizada em 2019;
436 retorno do CFESS e pagamento anuidades para fortalecimento do Fórum Nacional de Direitos
437 Da Criança e Adolescente – FNDCA e; o julgamento da ADPF 622 no STF. O julgamento da
438 ADPF 622 no STF aponta alguns elementos que contribuem para a defesa do CONANDA
439 com protagonismo da sociedade civil e as eleições para a Sociedade Civil do Conanda irão
440 ocorrer em 2021 e está em diálogo quais entidades poderão ser candidatas, em face dos
441 dispositivos que limitam número de vezes em que é possível recondução. Como deliberação
442 do Conselho pleno ficaram aprovadas 1) a indicação de Magali como representação a se
443 somar no Conanda e FNDCA, juntamente com o conselheiro Agnaldo - a partir de
444 março/2021;) 2) Realização de reunião do CFESS sobre o Movimento de Proteção Integral,
445 com o objetivo de discutir a caracterização deste espaço e proposições para seu
446 fortalecimento, com a participação de pessoas de referência citadas acima – realização em
447 março/2021; 3) Articulação com o CRESS PR sobre a organização conjunta do Seminário de
448 Infância, Adolescência e Juventude e planejamento de reunião com os CRESS - realização em
449 março/2021; 4) Realização de reunião do CFESS com os CRESS para discussão do
450 Movimento de Proteção Integral e da pauta da defesa de direitos de crianças e adolescentes,
451 com o objetivo de socializar informações sobre o MPI e a inserção do CFESS; mobilizar os
452 regionais e a categoria em torno da pauta, deste espaço e para o Seminário Nacional e
453 estaduais de Infância, Adolescência e Juventude - realização em março/2021; 5)
454 Caracterização e discussão sobre a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e
455 Adolescente, com dados sobre composição, temas em pauta, ações realizadas e articulação do
456 CFESS; 6) Enfatizar a articulação entre as Comissões COFI, CEDH e Seguridade Social nesta
457 pauta; 7) Eleições SC Conanda – Encaminhamentos: CFESS se habilitar como eleitor e

458 candidato, com conselheiro Agnaldo Knevitx a frente. Verificar edital e documentos.
459 Responsáveis: Agnaldo, Zenite e Sandra Sampe. Responsáveis pela caracterização da frente
460 parlamentar – Kelly, Agnaldo e Daniela. Na sequência, como encaminhamento do dia anterior,
461 a pauta retornou para o ponto da **Comissão de Comunicação**, especificamente sobre a Arte
462 do Dia do/a Assistente Social, após as considerações realizadas. Foram apresentados dois
463 modelos de cartazes, visto que uma arte apenas não daria conta de aglutinar todos os
464 elementos necessários para dialogar com a categoria e com a complexidade das questões
465 apresentadas. Foram aprovadas as artes dos cartazes para a semana do/a assistente social, com
466 a sugestão de alterar as cores do texto/letras do cartaz azul para dar destaque. Ficou
467 encaminhado que a COCOM dará andamento aos encaminhamentos propostos pelo Conselho
468 Pleno, com consulta prévia aos Cress, como de praxe. Ficou, também, aprovada pelo
469 Conselho Pleno, a comissão organizadora do seminário de Maio, tendo na composição as
470 conselheiras Franciele e Priscila, juntamente com a Emily e assessoria de Comunicação.
471 Encaminhamentos: Cronograma de produção; Proposta de arte e selo; Criação do formulário
472 no *Forms*, para que os Cress preencham a respeito da arte; Não haverá impressão de
473 materiais; Criação de peças visuais, vídeo, cards e spots; Consultar os Cress sobre interesse
474 em *outdoor* e *busdoor*; Proposta de realizar reunião com as comissões de comunicação e dos
475 Cress – 9 de abril às 16h e *e-mail* para a empresa, dia 22/03; *Live* do Cfess, no dia 15 de maio,
476 às 16h (empresa de eventos e convidadas); Divulgar calendário de *lives* dos Cress e selecionar
477 quais serão retransmitidas pelo Cfess; Pensar na possibilidade de disponibilizar as artes dos
478 cartazes para impressão de quem desejar e disponibilizá-lo no site do Cfess (versão melhor
479 para impressão); Elaborar um tema para a foto de perfil no *facebook*, em comemoração ao dia.
480 A Comissão Organizadora deverá se reunir durante a próxima semana (de 22 a 26/03) para já
481 apresentar algumas propostas, que deverão circular por e-mail, em razão do pouco tempo.
482 Outro ponto apresentado pela comissão foi a de contratação de estagiária de comunicação,
483 dialogando sobre o perfil e aprovando as providências necessárias para formalizar a
484 contratação. Ficou encaminhado de realizar um levantamento sobre as formas de contratação
485 de estágio não obrigatório, considerando o período de trabalho remoto. Na sequência, a
486 **Comissão de Ética e Direitos Humanos** passou a apresentar os assuntos a serem debatidos.
487 O primeiro ponto foi a **Composição da Comissão Organizadora do Seminário Nacional**
488 **sobre a condição de infância, adolescência e juventudes**. A CEDH indicou para compor a
489 comissão organizadora as conselheiras Daniela, Dilma, Kelly (suplente) e assessora Adriane
490 Serão indicados durante a semana (22 a 26/3) os/as representantes da Cofi e da Seguridade
491 para compor a comissão organizadora. Encaminhamentos: 1) Após indicação das comissões
492 envolvidas, enviar um ofício ao Cress 11ª Região/PR para que indicar 2 conselheiros/as e um
493 suplente para compor a comissão organizadora. 2) Posteriormente, emitir Portaria instituindo
494 a Comissão Organizadora do Seminário; 3) A comissão organizadora deverá apresentar uma
495 proposta com linhas gerais para a realização do Seminário no pleno de abril. O segundo ponto
496 apresentado foi o **PARECER JURÍDICO nº 13/21 - ASSUNTO: Encaminhamento pelo**
497 **CRESS/AM do requerimento de DESAGRAVO PÚBLICO** envolvendo o trabalho
498 profissional de assistente social, que teve repercussão nacional. Aprovado o Parecer Jurídico
499 13/21, pelo Conselho Pleno, com o indicativo de um desagravo conjunto entre o Cfess e o
500 Cress. Aprovado pelo Conselho Pleno, a designação da Conselheira Alessandra como relatora

501 que, juntamente com a assessora Sylvia Terra, elaborará o Relatório. Como encaminhamento
502 ficou enviar ofício ao Cress 15ª/AM, relatando a discussão, indicando a relatoria do Cfess e
503 apresentando os procedimentos iniciais para a realização do desagravo público conjunto. O
504 terceiro ponto foi com relação à **Adoção de Providências em relação as situações**
505 **constatadas no julgamento do RECURSO CFESS nº 05/20**. Resguardando o necessário
506 sigilo do recurso ético em questão, foram evidenciadas as situações que ensejaram
507 inadequações na condução de etapas de instrução processual por parte do Cress, tendo como
508 encaminhamento: 1. CEDH Realizar reunião com o Cress 21ª Região/MS, mais
509 especificamente com a Comissão Permanente de Ética, para prestar orientação sobre a
510 instrução de processos éticos. 2. Amadurecer as questões apontadas no parecer, sobre os
511 procedimentos a serem adotados, inclusive sobre a abertura de uma sindicância administrativa
512 para apuração do caso, retomando o debate no pleno de abril, para subsidiar a decisão do
513 Conselho Pleno. O último ponto apresentado pela comissão foi **Assinatura do Manifesto**
514 **contra o Femicídio**, ficando a mesma aprovada, cabendo à conselheira Emilly a
515 responsabilidade pelos encaminhamentos posteriores. Ao término das discussões do dia, às
516 23h00, suspendeu-se a reunião do Conselho Pleno, indicando a continuidade no dia seguinte,
517 a partir das 09h00. No dia 20/03, às 09h, retomou-se os trabalhos com a palestra/atividade
518 com a Professora Convidada Marilda Iamamoto, que tratou de temas alusivos à conjuntura e
519 os desafios para o Serviço Social brasileiro, iluminando os debates e reflexões acerca do
520 planejamento do Cfess nas ações de 2021. Às 14h00, sob coordenação da conselheira
521 presidenta, o primeiro ponto foram os **informes gerais**: 1. Participação do dia Mundial do
522 Serviço Social, dia 16/3; veiculação de vídeo com depoimento da presidente do Cfess. 2.
523 Participação na SWAN – rede internacional do Serviço Social Radical; entrevista com a
524 presidente, Elizabeth, situando as estratégias de articulação da AL e a importância da frente
525 internacional de SS; 3. Sindicância do CRESS-BA – realizada a primeira reunião da comissão
526 composta pelas assistentes sociais: Elizabeth Salvador (RJ), Andreia Pequeno (RJ); Valéria
527 Jatobá (BA) e Telma Ferraz (BA-suplente); tendo apoio, o acompanhamento da conselheira
528 Dácia e assessor jurídico, Vítor Alencar e apoio administrativo de Sandra Sempé; 4. Reunião
529 do Conselhão – dia 23/2 a próxima será 30/3 – Discussão do Regulamento do Conselhão -
530 Minutas de Resolução (recomendação para adoção nas normativas dos Conselhos) – sobre
531 demissão de trabalhadores celetistas (sem justa causa e por justa causa). Avalia-se que as
532 normativas estão sendo discutidas por solicitação de Conselhos Federais como forma de
533 padronizar procedimentos uniformes no âmbito dos Conselhos. Ressalta-se que as normativas
534 em discussão, em muitos pontos, não se coadunam com a perspectiva adotada pelo Cfess na
535 gestão do trabalho. 5. – Conselheira Elaine informa sobre artigo escrito para a Revista da
536 UFRGS sobre a temática da saúde; 6. Reunião da sociedade civil do Conanda sobre o
537 processo eleitoral. Dirimida a dúvida anterior de que as entidades suplentes poderão se
538 candidatar para recondução, se assim desejarem. Com essa decisão, o Cfess poderá se
539 candidatar. No segmento de conselhos profissionais tem-se o Cfess e a OAB concorrendo às
540 vagas (titular e suplente). **Na sequência, o ponto tratado foi a Leitura e apreciação da Ata**
541 **da 236ª reunião do Conselho Pleno, realizada de 4 a 7 de fevereiro ficando a mesma**

542 **aprovada, com incorporação de sugestões no que se refere à forma.** Na sequência, passou-
543 se a palavra às membras do **Conselho Fiscal**, que informaram sobre a dinâmica adotada; a
544 três conselheiras se organizaram para que cada uma acompanhe o desempenho de nove
545 Regionais de forma mais detalhada. Apresentaram o PARECER DO CONSELHO FISCAL
546 CFESS Nº 003/2021, contendo apreciação do balancete do CFESS referente aos meses de
547 janeiro e fevereiro de 2021. O Conselho Fiscal do CFESS, em reunião realizada por meio de
548 ambiente virtual, manifesta-se favorável à aprovação do balancete CFESS referente ao
549 período de 01/01/2021 a 28/02/2021 que, nos mesmos termos, fora aprovado pelo Conselho
550 Pleno. Apresentam, também, o PARECER DO CONSELHO FISCAL CFESS NO 04/2021,
551 contendo apreciação de balancetes dos Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS,
552 referente ao quarto trimestre do exercício 2020. Com parecer favorável e com recomendação
553 acatada pelo Conselho Pleno, ficaram aprovados os balancetes dos CRESS 1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 6ª, 7ª,
554 12ª e 27ª região. O CF tem feito discussões sobre o papel político dessa instância, na
555 perspectiva de adoção de postura proativa e de orientação aos Cress. Avalia-se que os
556 recursos do saldo positivo das receitas do ano do Cfess em 2021, possa ser direcionado para
557 aporte na área gestão de trabalho, tema a ser amadurecido nas comissões correlatas. O
558 Assessor contábil, Vilmar, pondera que o eventual saldo positivo não seja utilizado para
559 despesa continuada, devendo esse ponto ser considerado nas análises das comissões e do
560 pleno. Chamam atenção para a situação do atraso no envio dos balancetes por parte de alguns
561 Cress, considerando que a ausência dessa documentação impossibilita que o CF do Cfess
562 proceda análise em relação à execução orçamentária. Há diálogos em andamento com esses
563 Cress para evitar problemas nessa área. Ainda, registrou-se que o Cress-MS retificou sua
564 proposta orçamentária e essa questão se encontra em análise de Ata Contabilidade, para
565 posterior análise do Conselho Fiscal. Outro ponto foi o debate sobre **Comissão Especial**. Em
566 razão da pandemia a reunião de 2020 foi suspensa por Resolução, indicando que a prestação
567 de contas de 2019 seria analisada juntamente com a prestação de contas de 2020, em 2021.
568 Porém, em face à permanência do contexto da pandemia e do isolamento social, ainda não é
569 possível realizar reunião presencial. Nesse sentido, a sugestão é verificar as possibilidades e
570 as providências para que a Comissão Especial se reúna de forma virtual, porém há
571 problematizações por parte da assessoria contábil e da assessoria jurídica, com relação à
572 estrutura necessária para tal feito. No entanto, as conselheiras se manifestam no sentido de
573 que a Comissão Especial tem uma função estatutária e que não poderiam deixar de executar
574 seu trabalho, com todos os limites impostos pela conjuntura, a menos que essa seja uma
575 decisão da própria comissão. Vitor informa que há possibilidade jurídica de não só adiar, mas
576 também um possível cancelamento da reunião da comissão. No entanto, as conselheiras
577 insistem na necessidade de tentar encontrar formas para que os trabalhos da Comissão
578 Especial aconteçam. Encaminhamentos: 1) Enviar ofício aos Cress para indicarem suas
579 representações e elaborar a Portaria de designação; 2) Preparar a documentação e meios
580 tecnológicos adequados que viabilizem a análise a distância; 3) Avaliar em conjunto com os
581 Cress componentes da comissão sobre a viabilidade de realização da reunião por meio
582 remoto. Após a reunião e com os elementos se deliberaria; 4) Desdobramentos – adequações
583 normativas necessárias; levantamento da documentação; 5) Pensar em uma metodologia por
584 etapas: orientação e discussão sobre a viabilidade; definição do material a ser analisado;

585 análise propriamente; 6) A tesouraria e o conselho fiscal ficam responsável por aprofundar a
586 matéria e trazer a proposta no Pleno de abril. Em seguida, a conselheira presidenta conduziu a
587 discussão acerca do **Planejamento 2021: discussão das estratégias e prioridades das**
588 **Comissões**. À luz do plano de metas aprovado para o ano de 2021, as Comissões de Trabalho
589 apresentaram a síntese de suas discussões quanto ao planejamento de 2021, as ações
590 aprovadas na Plenária Nacional do Conjunto Cfess/Cress e o cronograma do ano, para
591 execução das atividades. Todas as comissões iniciaram, internamente, esse debate e ficaram
592 com a tarefa de dar continuidade às reflexões, uma vez que as atividades são muitas e
593 necessitam de uma maturação sobre as prioridades da entidade, levando em consideração as
594 responsabilidades assumidas, mas, também, as condições objetivas de realizar as atividades
595 planejadas. Como indicativo a ser construído processualmente, indicou-se: a) Que as
596 comissões dialoguem entre si para identificar ações conjuntas; b) Que os calendários possam
597 ser dimensionados de acordo com as possibilidades de cada comissão; c) Que o debate seja
598 retomado nos plenos subsequentes, no sentido de acompanhar os desdobramentos e propor
599 prioridades; d) Que ações mais amplas possam ser identificadas como prioridades da gestão,
600 como, por exemplo a continuidade e finalização da pesquisa nacional do perfil profissional.
601 Na sequência, a pauta da **Comissão de Seguridade Social** foi retomada, considerando que no
602 dia anterior havia ficado a pendência de discussão acerca do ponto **Assistência Social**. Nesse
603 momento, foi iniciada uma avaliação acerca dos limites e possibilidades dos espaços de
604 controle social, como o FNTSUAS e o CNAS, além de informações acerca das ações da
605 Frente Nacional em Defesa do SUAS e da Seguridade Social, tendo o entendimento da
606 necessidade de dedicar mais tempo ao assunto, considerando todas as particularidades que
607 decorrem do momento presente. Além disso, foi citada a questão da Conferência Nacional de
608 Assistência Social, a ser realizada em dezembro de 2021 e que deve ser precedida de amplo
609 processo de mobilização e articulação estadual e municipal. Encaminhamentos: 1) Realizar
610 reunião com os Cress dia 25/3, às 16h para tratar do lugar dos conselhos na articulação para a
611 Conferência. 2) Retomar a discussão na comissão, trazendo uma proposta para debater a
612 inserção na Frente em Defesa do Suas e outros assuntos alusivos à matéria. A comissão de
613 seguridade, na representação da pauta, fica responsável pelos encaminhamentos. Em seguida,
614 também como pendência de discussão do dia anterior, o assunto retornou para a **Comissão de**
615 **Comunicação** que tratou sobre o **Projeto da Agenda da/o Assistente Social 2022**, ficando
616 aprovado, em linhas gerais, o tema: “Luta da classe trabalhadora pela vida, vinculando ao
617 exercício profissional”. A comissão dialogará com as profissionais indicadas para escrever o
618 projeto, na ordem dialogada. Também, tratou sobre a **campanha de gestão do triênio**. A
619 comissão de comunicação apresentou a proposta para desencadear esse processo,
620 considerando que a comissão da campanha deve ser composta por mais pessoas, para além
621 dos/as membros/as da comissão de comunicação. Nesse caso, houve o indicativo de
622 composição da comissão da Campanha por: Kenia, Emilly, fazendo diálogos com Dilma,
623 Mauricléia e Dácia acerca do interesse e disponibilidade em agregar esse espaço, ressaltando
624 a fundamental importância da contribuição delas nesse processo, sobretudo Mauricleia, que já
625 acompanha a pauta das mulheres, pelo Cfess, desde o início da gestão. Encaminhamentos: 1)

626 Reunião com as convidadas para a agenda; 2) Consulta à Dilma, Dácia e Mauricleia sobre a
627 composição na comissão da campanha. 3) Reflexões da comissão de comunicação e comissão
628 da campanha de gestão para apresentar estratégias de fomentar a participação dos Cress nos
629 conteúdos da campanha de gestão. Na sequência e retomando o informe acerca da reunião
630 com a ABEPSS, foi pautada a necessidade do Cfess indicar representantes para a composição
631 da comissão organizadora do **CBAS 2022**. Há que se fazer reflexões acerca das perspectivas
632 sobre o formato do evento, considerando o contexto da pandemia em 2022, sendo que há um
633 desejo comum das entidades de realizar um evento presencial; porém, não se descarta a
634 possibilidade de ainda não haver as condições sanitárias de segurança para um evento
635 presencial do porte do CBAS; assim, pode-se se pensar em formato híbrido ou mesmo
636 totalmente remoto. A comissão organizadora do congresso é formada por 4 representantes de
637 cada entidade (ABEPSS, CFESS, ENESSO e CRESS), sendo 3 titulares 1 suplente. Pelo
638 Cfess ficam aprovadas as conselheiras Ruth, Lylia, Carla ficando Maria ou Beth, como
639 suplente para a composição da comissão, devendo, em abril de 2021, ter nova reunião com a
640 ABEPSS para encaminhar os próximos passos dessa importante organização. Encerrado esse
641 ponto, foi indicado o término da reunião do Conselho Pleno, com a conselheira presidente
642 Maria Elizabeth Santana Borges tecendo as considerações finais e, não havendo mais o que
643 tratar, deu a mesma por encerrada às vinte e duas horas (22h00min|) com agradecimento a
644 participação e qualidade dos debates realizados ao longo da jornada de três dias. Nada mais
645 havendo a tratar, eu, Kelly Rodrigues Melatti, lavrei a presente ata, que assino em conjunto
646 com a Presidenta do Conselho.

647 Brasília, 20 de março de 2021.

648
649
650

Maria Elizabeth Santana Borges
Presidente

Kelly Rodrigues Melatti
1ª Tesoureira